

## “LÍNGUA CHINESA”: UM ESTUDO POLÍTICO-LINGUÍSTICO SOBRE SUA PRESENÇA NO MUNDO

Alexandre Cohn da Silveira<sup>1</sup>

Charlott Eloize Leviski<sup>1</sup>

Nathalia Muller Camozatto<sup>2</sup>

alexandretimor@gmail.com

charlott18@hotmail.com

nathy.rigby@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho propõe uma discussão acerca daquilo que se entende por “língua chinesa” em seus aspectos geopolíticos, apresentando algumas implicações político-linguísticas. Problematisa-se o mito da existência de uma língua chinesa única e homogênea bem como as estratégias políticas chinesas mundiais que se sustentam na interpenetração da língua, da cultura e da filosofia chinesas (Confucionismo) nos espaços globais de interesse do Estado chinês. Pretende-se contribuir para um entendimento sobre os mecanismos políticos presentes na expansão de uma língua, o que, no caso, assume pertinência dado o contexto atual das relações internacionais e interculturais entre Brasil e China, em uma visão micro, e entre ocidente e oriente, em uma perspectiva mais ampla, considerando-se o protagonismo alçado pela China no jogo político e econômico mundial no momento contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** língua chinesa; interculturalidade; geopolítica; políticas linguísticas.

### INÍCIO DE CONVERSA: O MITO DA “LÍNGUA CHINESA”

O estudo da geopolítica das línguas traz à tona uma série de compreensões acerca da penetração dessas línguas no mundo sob os diferentes aspectos das relações internacionais. Segundo Bakhtin (1998 [1988]), os processos comunicativos implicam também relações de dominação, resistência e adaptação à utilização da língua imposta pela classe dominante para reforçar o seu poder, através de uma ideologia política e social. Para o autor russo, a evolução das línguas “obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a

---

<sup>1</sup> Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Linguística; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

concepção saussuriana” (1998 [1988]: 10) sendo, portanto, nada arbitrário o “movimento” que as línguas possuem ao longo de sua história.

As relações internacionais, as demandas criadas pelas mesmas e as “ofertas de colaboração” baseiam-se em questões imperialistas e mercadológicas que são próprias do sistema capitalista vigente. Com o intuito de contemplar as dinâmicas ora citadas, o presente trabalho busca levantar questões pertinentes à presença da língua chinesa no mundo, abordando seu contexto geopolítico, a gestão de sua norma, a sua penetração em escala global e os aspectos decorrentes desses fatores. Pretende-se, a partir de tais questões, refletir sobre a presença da língua chinesa no contexto mundial e o que ela pode representar politicamente para a China e para as demais nações do jogo internacional.

Makoni & Pennycook (2006) afirmam que as línguas são invenções humanas. No caso chinês, o senso comum costuma tratar a língua chinesa como uma língua única, hegemônica, referindo-se, na verdade, a toda uma família linguística pertencente ao tronco sino-tibetano, a qual envolve algumas línguas, tais como o chinês simplificado, o chinês tradicional, o *pinyin*<sup>3</sup>, o cantonês, o mandarim, entre outras. Ou seja, um grupo de invenções prévias que se apagam para dar lugar a uma nova invenção, carregada de simbolismos e poderes. A classificação “línguas sino-tibetanas” também abarca, para além do(s) chinês(es), idiomas falados no extremo oriente, tais como o tibetano e o birmanês. Uma característica comum aos idiomas dessa família é o fato de serem tonais, de morfologia analítica (sem as flexões de palavras que caracterizam a compreensão morfológica das línguas ocidentais) e monossilábicos, isto é, os morfemas são compostos por apenas uma sílaba (Ethnologue, 2016).

Dado tal contexto linguístico diversificado, há a necessidade de se relativizar o termo “língua chinesa”, o qual, aparentemente, é dado desde uma perspectiva hegemônica de organização linguística, segundo a qual um agrupamento de línguas orais é tomado em bloco, como se fosse uma só. Tal fato mascara qualquer informação sobre o idioma tido como majoritário na China e assumido como uma entidade chamada de “língua chinesa”, além de apagar os demais falares envolvidos nessa nomenclatura homogeneizante, aqueles

---

<sup>3</sup> *Pinyin, or Hanyu Pinyin, is the official phonetic system for transcribing the Mandarin pronunciations of Chinese characters into the Latin alphabet in the People's Republic of China, Taiwan (Republic of China), and Singapore, according Binyong & Felley (1990).*

Pinyin, ou Hanyu Pinyin, é o sistema fonético oficial para transcrição da pronúncia Mandarin dos ideogramas chineses em alfabeto latino, na República Popular da China, Taiwan (República da China) e Cingapura, conforme Binyong & Felley (1990). (Tradução nossa).

empregados por uma minoria linguística. A fim de problematizar a ideia de homogeneidade da língua chinesa, nos apoiamos em *As Palavras e Coisas*, no qual Foucault (2000) ironiza a concepção que nós, ocidentais, temos da China e, conseqüentemente, dos discursos e das línguas chinesas. É pertinente, de antemão, citar Foucault (2000: 15) a fim de elucidar a série de estranhamentos e descompassos encontrados quando, desde o ponto de vista de ocidentais, tentamos nos aproximar das línguas e culturas chinesas:

A China, em nosso sonho, não é justamente o lugar privilegiado do espaço? Para nosso sistema imaginário, a cultura chinesa é a mais meticulosa, a mais hierarquizada, a mais surda aos acontecimentos do tempo, a mais vinculada ao puro desenrolar da extensão; pensamos nela como uma civilização de diques e de barragens sob a face eterna do céu, vemo-la estendida e imobilizada sobre toda a superfície de um continente cercado de muralhas. Sua própria escrita não reproduz em linhas horizontais o voo fugidivo da voz; ela ergue em colunas a imagem imóvel e ainda reconhecível das próprias coisas. (...) palavras e categorias sem tempo, nem lugar mas que, em essência, repousam sobre um espaço solene, todo sobrecarregado de figuras complexas, de caminhos emaranhados, de lugares estranhos, de secretas passagens e imprevistas comunicações (...) uma cultura voltada inteiramente à ordenação da extensão, mas que não distribuiria a proliferação dos seres em nenhum dos espaços onde nos é possível falar, pensar.

Partindo desse contexto de disjunção entre visões de mundo ocidentais *versus* visões de mundo orientais, o que, segundo Said (1977:25-26) representa “romper com uma tradição clássica de estudo” ou um “modo ocidental de dominar, reestruturar e exercer o poder sobre o Oriente”, sendo o dito Ocidente “uma instituição corporativa de conhecimento responsável pelo perpetuar dos estereótipos (orientais)” é interessante perceber que, politicamente, a China que outrora fora nomeadamente um império, veio a constituir-se como uma república popular por meio de processos particulares, diferentes daqueles característicos da formação dos Estados-Nação de matriz europeia/colonial.

De acordo com Brunet & Guichard (2012), o imperialismo chinês constitui-se em processos de dominação comercial, no qual na medida em que territórios e povos eram anexados ao Império, lhes era permitido que mantivessem sua língua e sua cultura, sendo as mesmas agregadas em troca do pagamento de tributos ao imperador. A política imperialista chinesa, conforme os autores, não objetivava uma expansão para outros territórios ou impor a sua cultura a outros povos, mas sim, ampliar os mercados chineses, econômica e politicamente de forma liberalista, fazendo que tais territórios e povos se sentissem privilegiados por fazer negócios com a China.

Nesse sentido, refletir sobre a “língua chinesa” demanda questionar qual chave interpretativa será tomada para compreender o projeto hegemônico pretendido com a configuração deste suposto idioma único. Segundo Bakhtin (1998 [1988]: 80), que invoca “A poética de Aristóteles, a poética de Agostinho, a poética eclesiástica medieval da ‘única língua da verdade’, a poética cartesiana do neoclassicismo, o universalismo gramatical abstrato de Leibniz (a ideia da ‘gramática universal’)” bem como “o ideologismo concreto de Humboldt, com todas as diferenças e nuances” os quais, segundo o autor, “expressam as mesmas forças centrípetas da vida social, linguística e ideológica, servem a mesma tarefa de centralização e de unificação das línguas europeias”. Bakhtin (1998 [1988]:82) explica ainda:

A língua única não é dada, mas, em essência, estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado. Porém, simultaneamente ela é real enquanto força que supera este plurilinguismo, opondo-lhe certas barreiras, assegurando um certo *maximum* de compreensão mútua e centralizando-se na unidade real, embora relativa, da linguagem falada (habitual) e da literária “correta”.

Quando adotada essa representação unívoca (e falaciosa) da(s) língua(s) chinesa(s) como uma língua única, o dado que “salta aos olhos” é o que afirma que *o chinês é a língua mais falada do mundo*. Na história recente, a criação do Instituto Confúcio – cuja primeira unidade foi aberta em 2004, em Seoul (Confucius, 2015) – e a intensificação das políticas de internacionalização da língua chinesa são agências que a República Popular da China tem lançado sobre seu capital linguístico e simbólico. Sobre isso, nos deteremos mais adiante, na Seção 4 desse artigo.

Antes disso, na seção 1, abordaremos as questões pertinentes à geopolítica da “língua chinesa”. Já na seção 2, nos dedicaremos a discutir o Estado chinês e suas relações internacionais, seus planos de expansão no mundo. Na seção 3, o foco é a escrita da “língua chinesa”, ficando a seção 4 responsável por discutir o processo de internacionalização do idioma.

## **1. A GEOPOLÍTICA DA CHINA (E DA “LÍNGUA CHINESA”)**

Pensar as políticas linguísticas de um idioma é também pensar as estratégias e ações no campo da geopolítica estatal do país gestor dessa língua. As relações comerciais, coloniais, de dominação, religiosas e políticas estabelecem campos de poder(es) entre os Estados,

afetando direta ou indiretamente os ambientes linguísticos através da promoção do idioma. Assim, pretendemos apresentar alguns fatos considerados relevantes para o entendimento da presença da língua e da cultura chinesas no mundo, ainda que de forma sucinta, vistos os limites estruturais deste trabalho.

Além da República Popular da China, o idioma chinês tem *status* de língua oficial em Taiwan e Cingapura (onde o inglês também é uma língua oficial), e também é um dos idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU). O mandarim é considerado o idioma oficial da região de Beijing e, teoricamente, é falado em toda a China, Taiwan e Cingapura. O cantonês é falado na região de Hong Kong, Macau, Cantão e Xangai.

Cabe aqui esclarecer a situação política que envolve China e Taiwan, visando o entendimento de algumas complexidades presentes nas relações entre os dois países e o mundo. A última Guerra Civil Chinesa terminou em 1949 e resultou na formação de duas entidades políticas que constituem a China, sendo ambas reconhecidas por esse nome. A República Popular da China (vulgarmente chamada de China Comunista ou simplesmente China) tem controle sobre a China Continental e sobre os territórios autônomos de Hong Kong (desde 1997) e de Macau (desde 1999). A República da China (vulgarmente chamada de China Nacionalista ou Taiwan) tinha controle sobre as ilhas de Taiwan, Pescadores, Kinmen e Matsu (Spence, 1996).

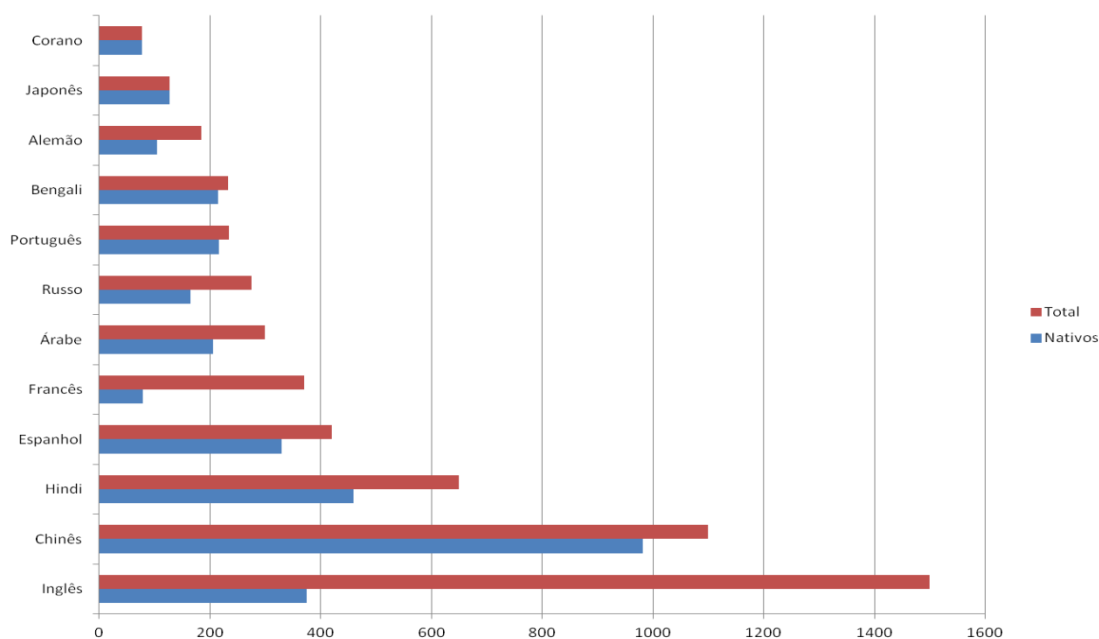
A República da China ou Taiwan foi fundada em 1912, tornando-se a primeira república democrática na Ásia. Atualmente sua população é estimada em 23 milhões, contando além do mandarim como idioma oficial, com outras línguas faladas, entre elas, o taiwanês, hakka e as línguas indígenas (Spence, 1996). Embora a China não reconheça a ilha de Taiwan como Estado independente – alegando tratar-se de uma região autônoma especial, tal como Hong Kong, Tibet e Macau – a República Popular da China entende que Taiwan tem autonomia internamente, por outro lado, a China responderia por Taiwan em questões de política externa e defesa. Conforme Spence (1996), os Estados Unidos diversas vezes ameaçaram reconhecer a autonomia de Taiwan visando atingir à China. O autor também destaca que, atualmente, vários desfiles militares são realizados em Taiwan com o intuito de criar intimidação e demonstrar que o território está pronto para um potencial ataque chinês que vise reintegrar a soberania.

O caso de Cingapura também apresenta peculiaridades merecedoras de breve apreciação. Embora não seja raro encontrar um pequeno país com mais de uma língua oficial,

Cingapura caracteriza-se como um caso incomum: existem quatro línguas oficiais – o malaio é a língua simbólica nacional; o inglês é a língua de trabalho e o mandarim constitui o idioma de representação identitária dos chineses da ilha (mesmo que não seja a "língua materna" da maioria); há ainda o Tamil, a quarta língua oficial, composto de uma gama de línguas chinesas; e, finalmente, o “*Singlish*”, dialeto que mistura elementos das línguas oficiais mencionadas juntamente com uma série de outras línguas.

Alguns autores, como Alleton (2010) e Bandeira (2011), apontam que aproximadamente a quinta parte dos habitantes do planeta fala alguma forma de chinês como língua materna, tornando a língua chinesa (essa concepção de unidade que ora desconstruímos) o idioma mais falado no mundo. Apesar dos dados oficiais apontarem mais de 1 bilhão de falantes do idioma chinês (Statista, 2015), o que equivaleria à população da China atual estimada em 1.372.362.845 habitantes, é sabido que o mandarim, idioma tido como referência da representação da língua chinesa, não é dominado por todos os chineses. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação da República Popular da China em 2007, publicada no Diário Digital (2007), apenas 53,06% dos chineses podem se comunicar efetivamente em mandarim em sua modalidade oral. Desses, 66% são residentes em áreas urbanas e 45% em áreas rurais. O resultado dessa pesquisa refletiu praticamente os mesmos índices revelados por pesquisa similar realizada pelo mesmo Ministério da Educação em 2004 (Pinyin, 2007).

Levando tais dados em consideração, o número oficial de falantes de chinês, de mais de 1 bilhão, demonstra-se duvidoso, uma vez que representa apenas a população chinesa, incluindo Taiwan, e generaliza todas as línguas da China em um único bloco linguístico. Ademais, o número oficial não considera a população de Cingapura. Abaixo, segue um quadro comparativo dos idiomas mais falados no mundo, distinguindo falantes nativos e não nativos, no qual observamos que o chinês é a segunda língua mais falada majoritariamente por nativos.



**Figura 1:** Idiomas mais falados no mundo (em milhões de pessoas)  
(Fonte: Statista, 2015)

## 1.1 O ESTADO CHINÊS E O CONTEXTO GLOBAL

O ano de 2015 representa um marco na história da China e de suas relações internacionais, políticas e econômicas: foi quando se tornou oficialmente a maior potência econômica do planeta. O Fundo Monetário Nacional (FMI), ao passar a calcular o Produto Interno Bruto (PIB) dos países com base na paridade do poder de compra, o que seria um método neutralizador das disparidades cambiais, posicionou a China à frente dos Estados Unidos (antiga liderança), atribuindo ao PIB chinês o valor de 17,6 trilhões de reais (Barrocal, 2015).

Tanto as posturas exercidas pela China em suas relações internacionais quanto as quantificações divulgadas pelas agências citadas parecem deflagrar o fato de que “sobra dinheiro por lá” (Barrocal, 2015:20). De fato, graças às exportações da última década, a China tornou-se a maior reserva de dólares do planeta, acumulando cerca de US\$ 4 trilhões. Atualmente, Pequim é o maior credor de Washington.

Não se pretende aqui descrever uma trajetória histórica socioeconômica que deflagre as razões pelas quais a China alçou tais posições na política e na economia global, uma vez

que seria por demais extenso e suplantaria as ocupações deste trabalho. Por outro lado, ter em mente tais fatos e compreender o modelo de Estado que caracteriza a historicidade da China é relevante as reflexões feitas aqui.

Não é uma tarefa fácil entender com clareza o modelo de Estado Chinês, especialmente porque: (i) sua constituição, desde um Império até um Estado-Nação (com a peculiaridade de manter as características de ambos os regimes políticos), difere substancialmente da constituição dos Estados-Nação nos moldes da hegemonia e da colonialidade europeia; e (ii) falta transparência por parte do governo chinês na condução do país em termos de política interna e de política externa.

O primeiro ponto, a especificidade da constituição política da China, diz respeito à transposição de uma China Imperial para uma China Nação e ao papel exercido pela tradição do Confucionismo nesse contexto. Pensar a China Imperial, para Jacques (2009), é pensar uma China que se tomava como uma civilização cercada por “bárbaros”. Nessa relação interior-civilização/exterior-incivilidade as fronteiras que delimitavam o Império Chinês não eram traçadas pelas mesmas marcações geopolíticas que se deram no contexto Ocidental. Sobre o papel exercido pela filosofia do Confucionismo no interior desse sistema político de relações fronteiriças estabelecidas de outras formas, cabe citar Jacques (2009: 241-242):

The Chinese System exercised an extraordinary hegemonic influence on the entire surrounding region: on the distant island of Japan and on the Korean Peninsula (...) both adopted Chinese characters for their writing systems and use a form of Confucianism for their moral tenets and system of governance; on the tribal nomads of the northern steppes, most of whom, when circumstances enabled or dictated, came under the Confucian spell; on what we now know as Vietnam, which was thoroughly Confucianized while fiercely defending its independence from the Chinese over many centuries, and finally, (...) on the progressive Sinicization of the diverse peoples that comprise what is known as China today. Whatever the role of force, and it was fundamental, there is no brooking under the huge power, influence and prestige of Chinese thinking and practice.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O sistema chinês exerceu uma influência hegemônica extraordinária em toda a região nas redondezas: na ilha distante do Japão e na península coreana (...) ambos adotaram os caracteres chineses para seus sistemas de escrita e usam uma forma de Confucionismo por seus princípios morais e sistema de governação; sobre os nômades tribais das estepes do norte, sobre a maioria dos quais, por circunstâncias habilitadas ou ditadas, recai o jugo Confucionista; sobre o que hoje conhecemos como o Vietnã, que foi demasiadamente convertido ao Confucionismo, ainda que tenha defendido ferozmente sua independência dos chineses ao longo de muitos séculos, e, finalmente; (...) na Sinicização progressiva dos diversos povos que compõem o que é conhecido como China hoje. Seja qual for o papel da força, e isso foi fundamental, não há ruptura sob o poder enorme, influência e prestígio do pensamento e da prática chinesa. (Tradução nossa)



A transição dessa China Civilização para a China Estado-Nação mobilizou outros princípios simbólicos (especialmente aqueles preconizados pelo Confucionismo) que não os característicos da formação nacional europeia/ocidental. Nesse sentido, a representação de “língua”, tida no interior desse sistema político, distancia-se do papel tomado pela língua nos contextos de emergência das nações ocidentais. Ademais, ainda segundo Jacques (2009), é próprio do sistema político da China adotar uma série de características do modelo político de Estado-Nação permanecendo ainda um Estado-Civilização, o que torna apenas intervalar a zona político-institucional que seria limítrofe entre a China imperial e a China moderna.

É pertinente citar aqui alguns fatos ocorridos no século XX que são merecedores de apreciação para a construção de uma reflexão quanto aos modos de gestão dados na China. Em 1949, ano quando finalizou a guerra civil no país, a República Popular da China passou a ser governada por três instituições: o Partido Comunista Chinês, o Estado e o Exército Popular de Libertação. A elite encarregada desse governo – no qual atuam simultaneamente três esferas – era, conforme Mendes (2008), responsável pela tomada de decisões internas e externas, que se baseavam na ideologia defendida pelos governantes e não nas personalidades dos líderes institucionais; e isso se refletia também nas relações internacionais. Nas décadas de 1980 e 1990 houve uma mudança gradativa no processo de tomada de decisões governamentais chinesas, enfraquecendo o caráter ideológico e assumindo um caráter mais institucionalizado. Mendes (2008: 231) destaca que “[...] a política externa passou progressivamente do plano individual para o coletivo, deixando de ser ‘vertical’ para passar a ser ‘horizontal’”. Nesse processo, três grupos de elite assumem o caráter de grupos de pressão ocupando lugar de destaque nas decisões políticas chinesas: os militares, os intelectuais e os empresários.

Os militares adotaram posturas relativamente divergentes entre o conservadorismo e o reformismo; os intelectuais, outrora “abafados” por uma elite política, aproveitam o momento de certa abertura para atuarem mais efetivamente no fórum político; e os empresários, por sua vez, defenderam interesses do setor comercial privado.

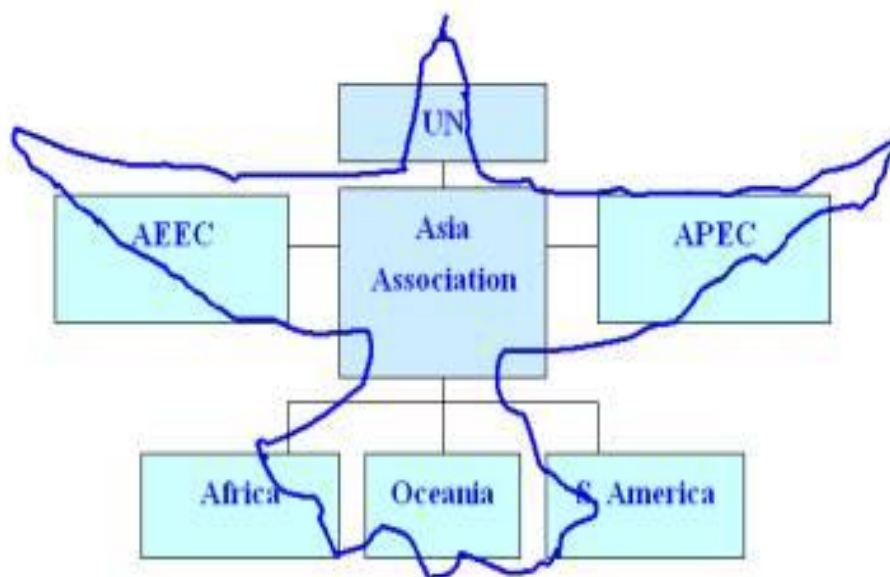
Dessa forma, Mendes (2008) explica que se tornou imperativo construir e consolidar internamente o dito “nacionalismo chinês”, entendido como ideologia informal – em contraposição ao que a autora chama de “ideologia formal” de orientação marxista, leninista e maoísta – mas de grande importância por conta dos embates internacionais e nacionais do passado – os quais, na visão do governo chinês, foram sempre desvantajosos e até

humilhantes para a China<sup>5</sup>. Seria, portanto, uma reação às ideologias dominantes, ou a forma como a China vê a si mesma. Mendes (2008: 232) ainda esclarece que “[...] o objetivo do crescimento econômico e de estabilidade e harmonia social têm ajudado ao adormecido coletivo das preocupações políticas e culturais”. No âmbito das relações internacionais, a demanda por uma certa defesa da bandeira do nacionalismo dentro da China provocou atitudes mais assertivas nas relações internacionais chinesas de acordo com uma escala de prioridades, as quais foram mais bem organizadas e mais estrategicamente detalhadas pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, divulgadas, segundo a autora, em relatório de estudo de janeiro de 2008.

Antes disso, a China já havia feito diversos movimentos relevantes de internacionalização, como a ampliação de sua participação em organizações multinacionais e até mesmo quando sediou os Jogos Olímpicos em Pequim, no ano de 2008. O estudo da Academia de Ciências Sociais formulou a estratégia internacional da “Pomba da Paz” – ver Figura 2: Estratégia chinesa da "Pomba da Paz" – a qual prevê ações relevantes, tais como: a Organização das Nações Unidas (ONU) como meta principal das ações do país; um equilíbrio relevante de ações visando os Estados Unidos e a União Europeia; foco de destaque nas associações asiáticas e, finalmente; a importância de estreitar laços com a África, a América do Sul e a Oceania. Segundo Mendes (2008: 236), a estratégia da “Pomba da Paz” revela um perfil do jogo da política externa chinesa, contexto em que “joga-se em vários tabuleiros num claro equilíbrio estratégico entre a dimensão marítima e continental”.

---

<sup>5</sup> “(...)crise civilizacional chinesa, que começou com a derrota na Guerra do Ópio (...) e se agravou com a Revolução Cultural e o desgaste do comunismo(...)” (MENDES, 2008: 232).



**Figura 2:** Estratégia chinesa da "Pomba da Paz"  
(Fonte: Mendes, 2008)

As ações desse jogo apresentam-se claramente na presença forte e marcante da China nos setores delimitados na estratégica “Pomba da Paz”. Sua adesão à ONU, em 1945, a entrada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 2007 e o *status* de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (2011) automaticamente colocam o país como representante do Conselho de Tutela e do Tribunal Internacional de Justiça da Organização. Em outras palavras, atualmente, a China ocupa cadeiras representativas em todos os principais órgãos da ONU, conquistando também a oficialidade da língua chinesa na organização.

No que tange às relações entre China e Estados Unidos, a maioria dos analistas caracterizam as atuais relações sino-americanas como complexas e multifacetadas. Os Estados Unidos e a República Popular da China normalmente não são nem aliados e nem inimigos; o governo dos Estados Unidos e suas instituições militares não consideram a China como um adversário, mas como concorrente em algumas áreas e parceira em outras. Embora os Estados Unidos tivessem reconhecido a independência da República da China (Taiwan) até 1970, estrategicamente aliaram-se a Pequim no período da Guerra Fria, enfraquecendo as relações sino-russas, o que poderia ser uma grande ameaça para o governo norte-americano.

A União Europeia, em certa medida, segue os mesmos posicionamentos políticos dos Estados Unidos, o que significa uma mudança estratégica de postura da associação após a Guerra Fria. Conforme Gaspar (2007, [s./p.]

Para a União Europeia, é impossível resistir à força da ressurgência da China, mas é possível tentar limitar os seus efeitos quer pela abertura do mercado interno chinês aos produtos e aos serviços europeus, quer, em geral, pela subordinação da economia chinesa aos mecanismos de regulação internacionais e bilaterais que podem determinar as regras do jogo. Nesse quadro, é imperativa a integração política da China nas instituições internacionais – não só na Organização Internacional do Comércio (WTO) mas no modelo de ordenamento internacional - como uma potência responsável.

Entretanto, houve uma mudança nas relações entre a China e a União Europeia que ocorreu em finais de 2003, na sequência da crise transatlântica e da invasão do Iraque. A partir disso, UE<sup>6</sup> e EUA<sup>7</sup> posicionam-se diferentemente com relação à China. Os EUA apoiam a Coreia do Sul, o Japão e Taiwan, com quem mantêm relações comerciais sólidas e parcerias políticas estrategicamente ameaçadoras para a China. Já a UE, sobretudo após resolvidas as questões de Hong Kong e Macau, representam um aliado à República Popular da China, o que garante certa segurança para o governo chinês. Atualmente, as questões envolvendo a Rússia e a Ucrânia afetam esse cenário de alianças uma vez que UE e EUA posicionam-se contrários aos interesses russos e a China, por sua vez, mantém uma aliança histórica (ainda que não peremptória) com a Rússia.

No tocante às relações com o continente africano, Deich (2015 [s./ p.]), cientista do Instituto da África da Academia das Ciências da Rússia, explica que:

A China lutou sempre com Taiwan pela influência em África. E, no fim do século passado, uma série de países mantinham relações com Taiwan, outros, poucos, reforçavam as relações com a China. No início do novo século, a situação mudou bruscamente: 50 países de África mantêm relações com a China e apenas quatro países conservam laços com Taiwan. Depois de conseguir a independência, o Sudão do Sul reconheceu a China. E aí a ajuda que ia de Taiwan era incomparável com a que a China presta atualmente. A pequena Gâmbia foi o 51º país africano que estabeleceu laços e relações com a China. Restam apenas três países: Suazilândia, São Tomé e Príncipe e Burkina-Faso, que ainda não reconheceram a China e continuam a cooperar com Taiwan. Mas, ao mesmo tempo, a China há muito que tenta infiltrar-se em São Tomé e Príncipe e realiza isso com êxito. As ações chinesas já se afirmaram firmemente na economia desse país.

---

<sup>6</sup> União Europeia

<sup>7</sup> Estados Unidos da América

O interesse da China pela África explica-se também pelo crescente peso político chinês no cenário internacional, o que faz das relações com África uma importante estratégia de Pequim com vistas a criar uma nova ordem mundial. Deich (2015), citada acima, explica que a China necessita de apoio nas organizações internacionais, bem como de aliados no confronto com os EUA, sobretudo no que diz respeito à ideia de que “no mundo há apenas uma China e Taiwan é sua parte inseparável”.

Importante destacar o papel do BRICS<sup>8</sup>, com sede em Xangai, no projeto de política externa da China, bem como na sua afirmação nacionalista e como potência mundial. Conforme Mendes (2008, p. 240), “a China só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: ‘ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China’”. Em algumas dessas categorias, senão em todas, enquadram-se os países membros do BRICS, bloco cujos avanços em termos de alianças têm chamado a atenção de todo o planeta, sobretudo dos Estados Unidos e da União Europeia. Em relação ao BRICS, a BBC Brasil publicou, em julho de 2014, uma entrevista com Mark Weisbrot – codiretor do *Center for Economy and Policy Research*, sediado em Washington – na qual o economista afirma que o Banco do BRICS “tem potencial de virar o jogo no cenário financeiro internacional” (CORREA, 2014, [s./p.]). O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS possui um capital inicial de US\$ 50 bilhões para financiar obras de infraestrutura em países pobres e emergentes e vem sendo encarado como uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Weisbrot, o novo banco deverá reduzir a influência internacional dos Estados Unidos e da União Europeia (Correa, 2014).

Nesse ínterim, em 2012 o governo chinês, preparando-se para a crise de energia que afetará a humanidade no século XXI, firmou uma parceria com a Rússia, na qual especialistas russos ajudaram a pôr em funcionamento um reator experimental de nêutrons rápidos na República Popular da China. Portanto, a China passou a ser o quarto país do mundo (depois da Rússia, o Japão e a França) a possuir tal tecnologia (Defesanet, 2012). Além disso, diante da possível crise do petróleo, a China e a Rússia inauguraram a construção do gasoduto na Sibéria Oriental em setembro de 2014. Além do mais, a partir de 2018 a Rússia fornecerá gás natural por 30 anos, pagos antecipadamente pela China. Tal fato constitui um marco nas

---

<sup>8</sup> Conjunto econômico de países considerados emergentes, formado atualmente pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

negociações entre russos e asiáticos, especialmente considerando-se o embargo ao petróleo russo, postura assumida pelos EUA e comunidade europeia devido à interferência russa na Ucrânia.

O superávit primário é extremamente importante para China, sendo que a exploração de petróleo e do setor mineral e agrícola alcançou solo latino-americano. Em setembro de 2013, o então presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, estabeleceu 12 acordos com a China para obter financiamento de 40 bilhões de dólares. O acordo mais importante foi o da exploração de petróleo da Faixa Petroléira do Orinoco, mas também foram acordadas a permissão na exploração de minas de ouro do complexo de *Las Cristinas* e o cultivo em 60 mil hectares de terras venezuelanas – incluindo produtos como arroz, milho e soja – para abastecer os mercados chineses e venezuelanos (Martins, 2013).

Já no que diz respeito às relações entre China e Brasil, o ano de 2015 demarca uma situação particular de relações internacionais devido à consolidação do Plano de Ação Conjunta (2015-2021) entre os dois países, assinado pela presidenta Dilma Roussef e pelo *premier* Li Keqiang. Consoante à parcela brasileira, tal plano parece oferecer uma alternativa à desconfiança enfrentada no momento contemporâneo pelo Brasil no que corresponde aos mercados ocidentais (Barrocal, 2015).

O plano prevê que no Brasil sejam realizadas 58 obras de infraestrutura, mineração e indústria, orçadas em 53 bilhões de dólares. Ademais, prevê a oferta de 50 bilhões de dólares em créditos do *Industrial and Comercial Bank of China* (ICBC) para a Caixa Federal. Também suspenderá o embargo chinês à carne bovina brasileira, destinará 7 bilhões de dólares para a Petrobrás, fragilizada no contexto da operação Lava Jato, e beneficiará a Vale S.A., pois a China comprometeu-se a ser importadora de Minério de Ferro. Finalmente, oferecerá 4 milhões de dólares do ICBC à mineradora (Barrocal, 2015).

No plano das relações comerciais e da produção de tecnologia, os fabricantes chineses de celulares uniram-se às operadoras de telefonia atuantes no Brasil para fomentarem pesquisas e negócios. Projeta-se a fabricação de um satélite sino-brasileiro de monitoramento ambiental. Por outro lado, a partir deste ano, o Brasil destinará à China um maior número de estudantes bolsistas do programa Ciência sem Fronteira. O plano incluiu até mesmo um acordo para fomentar esportes como o *ping-pong* e o *badminton* no Brasil (Barrocal, 2015).

Embora a princípio o acordo pareça oferecer incentivos para o Brasil, Barrocal (2015) chama atenção para o risco que essas relações se deem em bases indesejadas, ou seja, de que a

China compre as matérias primas do Brasil e exporte seus artigos manufaturados. O que poderia ser, para o autor, um risco de que o Brasil apenas troque de colonizador novamente.

Quanto à geopolítica futura e consoante aos dados que acabamos de apresentar, a hipótese de José Félix Ribeiro (2013) é a de que o Partido Comunista da China terá por objetivo recolocar-se como “Império do Meio”, ou seja, rodeado de Estados militarmente mais fracos que não o ameacem e que aceitem integrar as suas infraestruturas de transporte e energia em completa consonância com as necessidades da economia chinesa e com os imperativos da unidade geoeconômica da China e que, além disso, países que disponham-se a financiar, a prazo, a economia chinesa, adquirindo a sua dívida pública, tendo como contrapartida o acesso garantido ao seu gigantesco mercado interno. Segundo Ribeiro (2013: 10), isso conduzirá a três objetivos intermédios:

- retirar aos Estados Unidos a liderança na Ásia, o que significa atingir o cerne do poder norte-americano;
- impedir a Índia de se constituir como polo autônomo de atração na Ásia, possivelmente em alinhamento com os Estados Unidos;
- tornar-se potência imprescindível para a paz no golfo Pérsico entre persas (Irã) e árabes (nomeadamente a Arábia Saudita devido ao petróleo e gás natural) depois de ter deixado os Estados Unidos esgotar forças nesta região.

A República Popular da China insiste na integração de Taiwan sem que tenha de travar uma guerra em torno desse objetivo, fazendo uso da mesma estratégia empregada quando Macau (RAEM)<sup>9</sup> e Hong-Kong foram devolvidas. Nesses casos paradigmáticos, em troca da integração das ex-colônias britânicas, a China forneceu total liberdade para que as mesmas continuassem com suas práticas linguísticas, econômicas e religiosas. É de grande interesse para a China o controle militar de Taiwan, pois isso implicaria em vantagens na competição naval no Pacífico com os Estados Unidos. Assim, a China poderia também manter o controle sobre a evolução da Coreia do Norte, impedindo a todo o custo um desanuviamento bilateral Estados Unidos-Coreia do Norte (e Japão-Coreia do Norte), assim como lhe permitiria reforçar a aliança com o Paquistão e aproximar-se da Arábia Saudita (o outro aliado do Paquistão) a fim de exercer um controle a distância sobre recursos naturais e sobre as infraestruturas de conectividade internacional do Afeganistão, separando a Índia dos recursos energéticos e dos mercados da Ásia Central. Do mesmo modo que poderia impedir uma aproximação do Irã com a Índia e, ainda, com os Estados Unidos (Ribeiro, 2013).

---

<sup>9</sup> Região Administrativa Especial de Macau

Ainda quanto às previsões geopolíticas, é interessante notar a polêmica levantada pelo cientista político George Friedman (2009) o qual não enxerga de modo otimista o crescimento econômico e a projeção internacional da China enquanto uma potência mundial. Segundo o autor, a probabilidade é de diminuição no ritmo econômico devido a pouca estabilidade política, conduzida pelas tensões da costa leste e do interior, que tendem a acentuar cada vez mais a divisão interna da China. Friedman (2009) contribui para um discurso que se contrapõe a China apontando ainda o isolamento geográfico como uma questão importante e derrubando qualquer possibilidade do país se erguer como Império do Meio.

Todos esses fatores contribuíram para a criação da hoje reconhecida potência da República Popular da China, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional, parte do projeto estatal de consolidação do nacionalismo chinês. Entretanto, as relações políticas, econômicas e sociais construídas nesse projeto também lançam mão de um projeto linguístico cuja história é antiga e que permeia todas as demais ações, caminhando paralelamente e dando suporte às mesmas, conforme é exposto na seção seguinte.

## 2. A ESCRITA DA LÍNGUA CHINESA

Cabe de antemão esclarecer que o conceito de norma tal qual é assumido pelo ocidente como constitutivo de um dispositivo de gramatização (i.e força de centralização e normatização das línguas atravessada pelas forças coloniais) não é o mesmo que se dá no contexto linguístico chinês. Como ilustrado por Auroux (2014), o nascimento da gramática na tradição chinesa não se deu de forma espontânea. No domínio enunciativo, contudo, a tradição formulou reflexões particulares sobre suas unidades, especialmente nos termos de suas significações e de sua adequação a certas finalidades. No cânone de *Mo-tzu* (Século V antes de nossa era), os nomes eram partidos em três classes: os gerais (para todas as coisas); os classificadores (comuns) e os nomes próprios. Ademais, diferentemente das línguas ocidentais, o chinês não possui morfologia (Auroux, 2014).

Por outro lado, o sistema logográfico de escrita (homogêneo e compartilhado mesmo por línguas cuja oralidade é drasticamente diferente entre si) é um forte instrumento de coesão identitária no interior do território chinês<sup>10</sup>, mas cria uma barreira quando diante do sistema

---

<sup>10</sup> The fact that all Chinese Languages and dialects share de same written script, even though they are often unintelligible to each other as spoken[...] has been extremely important in maintaining a wider sense of Chinese



alfabético ocidental de escrita. Essa zona limítrofe reflete-se, por exemplo, na difusão da literatura chinesa – que possui mais de trinta e oito séculos de existência – no ocidente. De fato, devido à disparidade entre a morfologia e sintaxe dessas línguas para com as línguas ocidentais, torna-se bem difícil traduzir com fidelidade textos originais (Martins, 2013).

Já no contexto do Leste Asiático a apropriação do sistema de escrita chinês, feita mesmo por outras nações como o Japão, torna a China agente de um sinocentrismo linguístico (Jacques, 2009) que não pode ser dissociado da hegemonia da tradição filosófica do Confucionismo, outro meio de interpenetração não só da escrita chinesa, mas também da ideologia e das discursividades aportadas pela mesma.

A escrita chinesa é bem antiga e agrega tipos que atribuem caracteres distintos a cada palavra. Para ler um jornal, por exemplo, é necessário conhecer de 2 a 3 mil caracteres; e um dicionário contém mais de 40 mil caracteres ordenados fônica e formalmente. Os textos mais antigos remontam ao século IV antes de nossa Era e possuem tanto sua estrutura como a maioria dos símbolos inalteradas na forma atualmente assumida pela língua. Ao contrário da maioria dos idiomas escritos, o chinês é constituído por ideogramas, não sendo, portanto, uma língua fonética.

Numa tentativa de combater o alto índice de analfabetismo, o governo chinês, na década de 1950, desenvolveu os caracteres simplificados, baseados em formas cursivas de escrita já praticados pela população. Hoje, a norma na China e em Cingapura é o uso dos caracteres simplificados. Já em Macau, Hong Kong e Taiwan, permanece o uso dos caracteres tradicionais. O Japão, que faz uso dos mesmos caracteres em sua língua, realizou também uma simplificação depois da Segunda Grande Guerra, a qual foi, em alguns pontos, similar à reforma chinesa.

Nos termos daquilo que no mundo ocidental se conhece como letramento, segundo Binyong & Felley (1990), o *Pinyin* é um sistema de escrita utilizado apenas para o mandarim padrão, não sendo aplicável aos outros idiomas chineses. Seu emprego se dá na China

---

identity [...] The influence of Chinese on the neighbouring but different languages of Japanese, Korean and Vietnamese has been immense. Each originally developed writing systems for their own languages by transforming or adding Chinese characters [...] (Jacques, 2009:117).

O fato de que todas as línguas e dialetos chineses compartilham do mesmo código escrito, embora sejam estas muitas vezes ininteligíveis entre si na fala [...] tem sido extremamente importante para manter um sentido mais amplo de identidade chinesa [...] A influência chinesa nas línguas vizinhas, ainda que diferentes, como o japonês, o coreano e o vietnamita, tem sido imenso. Cada sistema de escrita foi originalmente desenvolvidos para suas próprias línguas por transformar ou adicionar caracteres chineses [...] (Jacques, 2009:117). (Tradução nossa).

continental, em Hong Kong, Macau, em partes de Taiwan, na Malásia e em Singapura para o ensino do mandarim e, internacionalmente, para ensinar o mandarim como língua estrangeira (L2). Também é utilizado para grafar os nomes chineses em publicações estrangeiras, podendo, inclusive, ser utilizado para a inserção de caracteres chineses em computadores e telefones celulares.

Segundo Binyong & Felley (1990), as palavras da língua chinesa começaram a ser transcritas para o alfabeto romano já a partir de 1892. Seguindo uma transcrição fonética das palavras, esse método escrito foi chamado de *Romanização Wade-Giles*. O sistema de romanização foi desenvolvido por um comitê governamental da República Popular da China o qual estabeleceu 58 símbolos para a representação dos ideogramas. Esse sistema foi aprovado pelo governo do país em 11 de fevereiro de 1958. A Organização Internacional de Padronização (ISSO, do inglês *International Organization for Standardization*) adotou, em 1982, o *Pinyin* como um padrão internacional para a romanização do chinês moderno e, desde então, ele foi adotado por diversas outras organizações: o governo de Singapura, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e a Associação de Bibliotecas Americanas (*American Library Association*). O sistema de romanização também se tornou o padrão nacional na República da China (Taiwan) em 1º de janeiro de 2009. Ainda que passível de críticas, na visão de Binyong & Felley (1990), a substituição dos antigos ideogramas pelos símbolos romanos pode representar, sob o ponto de vista político, um perigo ou até uma ameaça para a literatura e os documentos históricos escritos na língua clássica. Entretanto, é notório que atende a um projeto estatal chinês de expansão internacional, dando maior visibilidade às questões linguístico-literárias e culturais da China. A próxima seção ocupa-se mais detidamente das questões concernentes aos processos de expansão internacional da língua chinesa.

### **3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA CHINESA**

Esta seção se concentra no tocante à expansão do idioma chinês dentro das ações internacionais desenvolvidas pela República Popular da China em seu projeto de internacionalização cultural e política. A política externa chinesa conta com um importante aliado político: a sua cultura e, dentro dessa, a chamada língua chinesa. Reconhecida como sendo exótica, exuberante e milenar, a cultura chinesa atrai a atenção de todo o mundo

exatamente porque esteve restrita ao seu território durante centenas de anos e, paradoxalmente.

Atualmente tornou-se importante agente de penetração chinesa nos mais variados territórios. De acordo com Bourdieu (1989), o capital simbólico da tradição chinesa tem sido valorizado nos últimos anos, acompanhando o crescimento econômico do país e sua projeção no cenário mundial. Assim, aquilo que antes era distante e mesmo inacessível, encontra-se agora disseminado em todos os continentes. Várias cidades importantes dos mais variados países, tanto no ocidente quanto no oriente, possuem zonas de presença de imigrantes chineses bem demarcadas, muitas dessas com apelos turísticos claros, constituindo as chamadas *Chinatown*s nas regiões onde se estabelecem. Da mesma forma, há o Instituto Confúcio, que cumpre estratégico papel na difusão da cultura e da língua chinesas, além de exercer suas veladas funções políticas.

O Instituto Confúcio busca promover e ensinar a cultura e a língua chinesa em todo o mundo, oferecendo cursos de língua chinesa, formando professores, ofertando o teste de proficiência em chinês, o chamado exame *Hanyu Shuiping Kaoshi* (HSK) e fornecendo informações e formações com temática da China contemporânea. O Exame de Proficiência em Língua Chinesa (HSK) é a certificação reconhecida pela República Popular da China e por órgãos ligados à educação, permitindo que alunos não nativos possam ingressar as universidades chinesas. O teste avalia as habilidades de compreensão de escrita e fala no idioma chinês universal ou geral, o que, neste artigo, compreende-se com referência ao mandarim. O teste compõe-se de seis níveis, aplicados pelos centros do Instituto Confúcio espalhados pelo mundo. No Brasil, por exemplo, é possível realizar o teste de proficiência na sede localizada na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) (Confucius, 2015).

O Instituto também promove eventos culturais diversos, envolvendo a arte, a cultura, a música e a literatura chinesas em âmbito internacional. No entanto, o Instituto Confúcio também apresenta propósitos que não são estritamente acadêmicos. Li Changchun, membro da 5ª maior patente do Comitê Permanente do Politburo<sup>11</sup>, foi citado no jornal *The Economist*

---

<sup>11</sup> O Comitê Permanente do Politburo Central do Partido Comunista da China (CPP) é composto dos mais altos líderes do Partido Comunista da China.

(2009) dizendo que o Instituto Confúcio era "uma parte importante do estabelecimento da propaganda da China no exterior"<sup>12</sup>.

Muitos estudiosos têm caracterizado os programas do Instituto Confúcio como um exercício de *soft power*<sup>13</sup> permitindo a expansão econômica, cultural e diplomática da China por meio da promoção da língua e da cultura chinesas. Liu & Tsai (2014) afirmam que a China buscou reforçar suas estratégias de enfrentamento mundial com ações representativas de seu *soft power*, em detrimento do conhecido *hard power* – estratégia de dominação ocidental. Ainda conforme os autores, a China apostou em questões que vão além do domínio militar (terreno do *hard power*), orientando-se para tecnologia, educação e desenvolvimento econômico. Dentre essas estratégias, a língua e a cultura chinesas são grandes armas de organização interna do país, bem como de penetração da China no cenário internacional.

É possível também que o Instituto Confúcio exerça um papel de coleta de informações políticas relevantes, pois atua em todos os continentes, estando presente em mais de 120 países e com mais de 600 grupos de alunos aprendizes da “língua chinesa”, segundo o Confucius Institute Online (2015). Essa presença do Estado Chinês no mundo, através de uma de suas agências, representa significativo exemplo do *soft power* chinês. Os objetivos desse *soft power* também incitam preocupações acerca de uma "ameaça chinesa", a qual diz respeito a um país que, no contexto militar e econômico, parece revelar-se cada vez mais poderoso aos olhos ocidentais. Há críticos que declaram abertamente a intenção da China em propagandear a imagem de uma China única, a de Pequim, descartando assim a independência de Taiwan e reforçando as ideias nacionalistas e unificadoras do governo chinês.

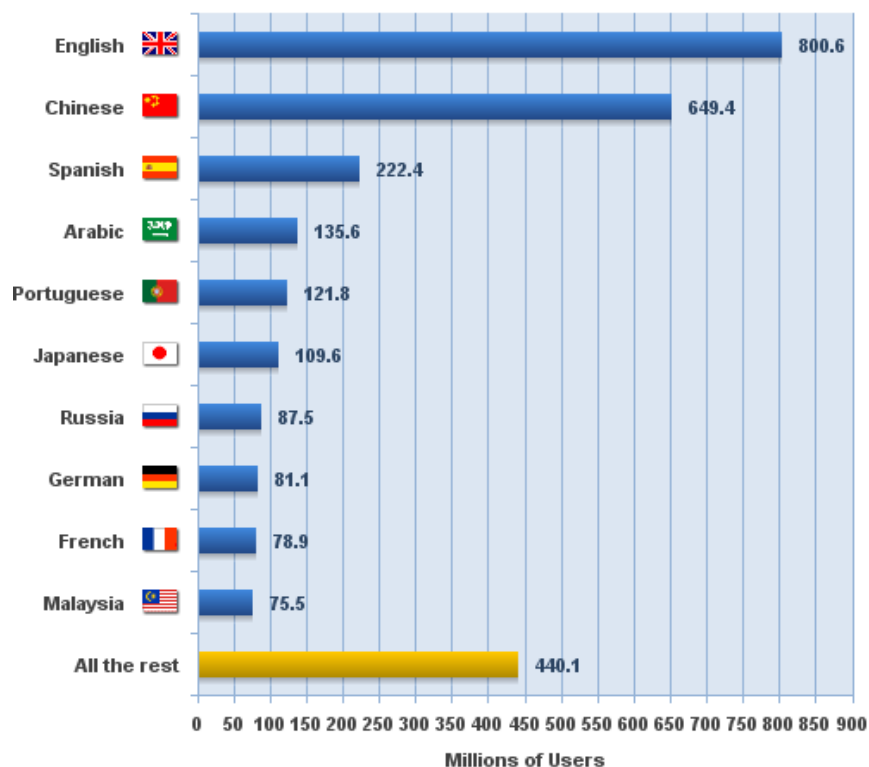
No contexto digital, os 649 milhões de usuários de *internet* em chinês compreendem a República Popular da China, Taiwan e Cingapura e isso representa 9,2% da população mundial, o que aponta para o fato de que a população usuária de *internet* ainda é muito pequena em comparação à população global e mesmo à da China. O quadro abaixo ilustra com clareza a presença da “língua chinesa” no mundo virtual.

---

<sup>12</sup> A message from Confucius, *The Economist*, 22 de outubro de 2009, disponível em <http://www.economist.com/node/14678507>.

<sup>13</sup> Conforme Nye (2002: 29), o conceito de *soft power* ou “poder suave” trata-se de uma forma de poder baseada na “capacidade de sedução e atração” proveniente do poder cultural, valores políticos e diplomáticos difundidos por um Estado. O *soft power* contrasta com o *hard power* em que um Estado faz uso de ameaça ou armas militares e econômicas para ‘estimular’ o exercício de seu poder.

## Top Ten Languages in the Internet 2013 - in millions of users



Source: Internet World Stats - [www.internetworldstats.com/stats7.htm](http://www.internetworldstats.com/stats7.htm)  
Estimated Internet users are 2,802,478,934 on December 31, 2013  
Copyright © 2014, Miniwatts Marketing Group

**Figura 2:** Línguas mais utilizadas na *internet*  
(Fonte: Stats, 2014)

Condizente ao discutido no início deste artigo, os dados a respeito da língua chinesa apresentam-se bastante questionáveis, uma vez que não existe um bloco homogêneo conhecido como “chinês”. Posto isso, supomos que os dados estatísticos divulgados no *site* Stats (2015) indicam os números relacionados ao chinês de Pequim, ou seja, ao mandarim.

Salienta-se que é importante relativizar os dados estatísticos divulgados pelas diversas fontes citadas nesse trabalho. Besson (1995) adverte sobre os usos dados à técnica estatística, que é universal, mediante os interesses de observação e análise destes dados, na busca de “fatos” não tão verídicos quanto o que o analista quer fazer-nos supor. Cabe aqui lembrar as interferências daquilo que Bourdieu (1989) chamou de “vírus epistemológico” no processo de análise de dados estatísticos, o que de fato envolve posturas ideológicas, ou seja, práticas políticas, além do fato de que as principais técnicas da estatística tenham sido desenvolvidas

no quadro da produção industrial de massa (Besson, 1995: 45) A questão não é desacreditar por completo dos dados, mas, sobretudo, não dar-lhes os créditos totais que alguns pesquisadores apregoam, uma vez que “toda observação estatística é afetada por um certo grau de inexatidão, cuja estimativa é incerta” (Besson, 1995: 29). Besson (1995: 37) ressalta ainda que “os estatísticos podem fazer com que os números digam o que se quiser” o que, no campo das políticas linguísticas com relação à China, pode significar um olhar atento no que tange à ameaça chinesa, por um lado, e também um reforço propagandista de uma nação imperialista, por outro.

As estatísticas devem ser relativizadas, por exemplo, quando se verifica a questão da literatura em língua chinesa com reconhecimento internacional. A pequena parcela de escritores que escrevem em chinês laureados pelo Prêmio Nobel de literatura reflete um interesse recente por essa literatura, bem como reflete uma presença ainda tímida, mas altamente significativa de autores chineses ganhadores do prêmio máximo da literatura mundial. Gao Xingjian, em 2000, e Mo Yan, em 2012, ambos autores de textos literários em mandarim, foram os únicos autores já premiados. Vale ressaltar que o agraciamento com o prêmio Nobel também está atrelado ao projeto político de expansão e crescimento chinês, no qual a presença da China no ocidente representa um importante capital simbólico para os chineses e uma ameaça para os Estados ocidentais. No entanto, a baixa circulação de textos em língua chinesa no ocidente também poderia ser uma estratégia política de fortalecimento cultural interno da China e controle ideológico do que vem do “estrangeiro”, o que, segundo Liu & Tsai (2014), também faz parte das estratégias políticas do Estado chinês.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O jogo político internacional exige das nações estratégias cada vez mais sofisticadas na busca por seus interesses político-econômicos, quer na organização de suas políticas internas dentro de seus projetos nacionais, quer nas relações entre as nações – relações desiguais, complexas, conflitantes, mas necessárias, sobretudo, à perpetuação dos mandatários do sistema capitalista no qual todas as nações estão inseridas. Assim, nações centrais brigam pela manutenção e ampliação de controle e poder sobre as nações intermediárias e, mais ainda, sobre as nações periféricas. As ideologias nem sempre constantes formam alianças e as

quebram conforme os posicionamentos assumidos pelos participantes do jogo, o que faz com que essa arena de conflitos mantenha constantes tensões.

A China, como visto no decorrer deste trabalho, apresenta peculiaridades históricas, filosóficas, ideológicas e, talvez por isso, parece mostrar-se exótica e temida. As grandes potências mundiais não buscam enfrentamentos diretos com a China, entretanto as alianças são sempre cautelosas e cheias de critérios e ajustes. As estratégias de *soft power*, aparentemente aceitas sem maiores resistências pelas nações que a recebem, participam de uma política (também linguística) nem sempre justa, uma vez que vêm acompanhadas por uma série de negociações cujo objetivo principal é ampliar as possibilidades econômicas do Estado Chinês, configurando-o como imprescindível no mercado e na cultura mundial.

O preço que porventura é pago com isso – já que uma relação hierárquica entre as nações é estabelecida – não é assumido ou entendido como algo que prejudique a nação “beneficiada”. Talvez seja mais um jogo de “ganha-ganha”, no qual os benefícios econômicos recebidos compensem as eventuais dificuldades, assim como nas relações com os EUA, por exemplo. Dessa forma, a abrangência chinesa vai se espalhando pelo mundo, valendo-se das necessidades das nações periféricas, das insatisfações e antipatias coletadas durante anos de dominação ocidental e, assim, reorganizando o seu estatuto de império, ainda que em outra lógica. Pelo discorrido aqui, é notável a ameaça que a China representa para os Estados Unidos e para a União Europeia, assim como o fato que a aliança com a Rússia não é exatamente uma aliança, mas um acordo provisório, uma vez que a Rússia também possui seus interesses imperialistas. É possível deflagrar também qual o interesse das relações da China com a África, com os vizinhos asiáticos, com o Brasil e com o bloco pertencente ao BRICS. Isso, ainda sem mencionar, o espaço nobre que a China conquistou na ONU e em suas importantes agências e setores administrativos.

A língua chinesa, associada aos aspectos culturais do país, representa, por um lado, as consequências de ações políticas realizadas pela China e seus parceiros. Por outro lado, funciona como um “cartão de visitas” para a entrada dos interesses chineses nesses países parceiros, usando de sua característica exótica e todo de seu apelo cultural oriental para atrair interesses estrangeiros e se disseminar por mais territórios. Sob a orientação do projeto chinês de expansão internacional, a língua chinesa é assumida pela comunidade internacional como capital simbólico – no sentido bourdiesiano, as diferenças de poder na sociedade, que facilitam a persuasão por parte das pessoas e instituições possuidoras de tal valor simbólico de

reconhecimento e prestígio social – de grande valor, bem como cumpre papel relevante na realização do *soft power* chinês. A “língua chinesa”, representada como única, apaga a diversidade linguística chinesa, no intuito de conduzir o projeto estatal de nacionalismo hegemônico, tal como é comumente feito em nações ocidentais. Esse nacionalismo reforça uma ideia interna na República Popular da China, uma vez ser o mandarim de Pequim a principal língua de instrução no país. Externamente, facilita a penetração mundial do país, favorecendo as políticas mercantis internacionais.

Levando em conta o crescimento econômico chinês em franco desenvolvimento e as estratégias bem-sucedidas em prol da ostensiva presença chinesa no mundo, bem como as ações de *soft power* adotadas pela China, percebe-se que a expansão da língua chinesa no mundo é um processo com duração e consequências inestimáveis, ainda que possivelmente em ascensão. Não se acredita aqui, por ora, na possibilidade de a língua assumir o estatuto de língua franca, dada a sua complexidade, que demanda mais tempo de aprendizado, mas, outrossim, talvez possa ser considerada como uma língua adicional que reforce a presença da China como potência indispensável às transações comerciais de toda sorte, mas que preserve uma “integridade” dessa língua e a “proteção” da cultura chinesa, fatos que reforcem sua força e vantagem no jogo das relações internacionais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLETON, Viviane. *Escrita Chinesa*. São Paulo: LPM, 2010.
2. AUROUX, Sylvain. *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
3. BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance (1934-35). In: *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp, 1998 [1988].
4. BANDEIRA, Clovis Purper. 2011. *China? Que China?* Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/china.html>>. Acesso: em 08 nov. 2015.
5. BARROCAL, André. O Ouro de Pequim. *Revista Carta Capital*. Ano XXI. n. 851, p. 18-24, 27 de maio de 2015.
6. BESSON, Jean-Louis. *A Ilusão das Estatísticas*. Traduzido por Emir Sader. São Paulo: Editora da USP, 1995.



7. BINYONG, Yin; FELLE, Mary. *Chinese Romanization. Pronunciation and Orthography*. Beijing: Sinolingua. 1990.
8. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Traduzido por Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
9. BRUNET, Antoine. GUICHARD, Jean-Paul. *O Objetivo Hegemônico da China: o imperialismo econômico*. Lisboa: Actual, 2012.
10. CONFUCIOS Institute Online 2015. Disponível em: <<http://www.chinesecio.com/cms/en/lesson-self>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
11. CORREA, Alessandra. 17 jul. 2014. *Banco dos Brics tem potencial de virar o jogo, diz economista dos EUA*. BBC Brasil. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140710\\_banco\\_brics\\_1k](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140710_banco_brics_1k)>. Acesso em: 27 mar. 2015.
12. DEICH, Tatiana. 2015. *China “conquista” a África*. Disponível em: <<http://www.defesaareanaval.com.br/a-china-conquista-a-africa/?print=pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
13. DEFESANET. 5 jun. 2012. *Entre Rússia e China não existem preconceitos*. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/6328/entre-a-russia-e-a-china-nao-existem-preconceitos>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
14. DIARIO Digital. 2007. *Metade dos chineses não sabe falar a língua oficial do país*. Disponível em: <[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=266067](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=266067)>. Acesso em: 22 ago. 2015.
15. ETHNOLOGUE. 2016. *Chinese Sign Language*. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/language/csl>>. Acesso em: 01 mar. 2016.
16. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
17. FRIEDMAN, George. *A China em 2020 – tigre de papel*. \_\_\_\_ In: *Os próximos cem anos*. Tradução de Gabriel Zide Neto. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.
18. GASPAR, Carlos. 12 nov. 2007. *As relações entre a União Europeia e a China*. Comunicação apresentada no VI EU-China Forum CEIBS, Universidade Católica Portuguesa, Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=29>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

19. JACQUES, Martin. *When China Rules the World: the End of a Western World and the Birth of a New Global Order*. New York: Penguin Books, 2009.
20. LIU, Tony Tai-Ting; TSAI, Tung-Chieh. 2014. Swords into Ploughshares? China's Soft Power strategy in Southeast Asia and its challenges. In: *Rev Bras. Polític. Int.* 57. 2014. p. 28-48. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400203>>. Acesso em: 2 abr. 2015.
21. MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. *Disinventing and Reconstituting Languages*. UK: Multilingual Matters. 2006.
22. MARTINS, Antonio. 30 set. 2013. *Geopolítica: os curiosos acordos China-Venezuela*. *Diário da Liberdade*. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/america-latina/laboral-economia/42162-geopol%C3%ADtica-os-curiosos-acordos-china-venezuela.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
23. MENDES, Carmen Amado. Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros. In: *Revista de Estudos Chineses*. Instituto Português de Sinologia, 2008.
24. NYE, Joseph Samuel. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002
25. PINYN News. 2007. Disponível em: <<http://pinyin.info/news/2007/percentage-of-chinas-population-that-can-speak-mandarin-remains-at-53-prc-moe/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.
26. RIBEIRO, José Félix. 2013. *O reposicionamento da China: geoeconomia, geopolítica e estratégia*. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992013000200004&script=sci\\_arttext2013](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992013000200004&script=sci_arttext2013)>. Acesso em: 13 abr. 2015.
27. SAID, Edward. *Orientalism*. London: Penguin, 1977.
28. SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
29. STATISTA. 2015. *The Most Spoken Languages Worldwide*. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/266808/the-most-spoken-languages-worldwide/>>. Acesso em: 12 maio 2015.
30. STATS. Disponível em: <<http://www.stats.org/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

**ABSTRACT:** The present work proposes a discussion about what is understood by “Chinese language” in its geopolitical aspects and some language policies implications. It analyses the myth of an only and homogeneous Chinese language as well the world Chinese politic strategies based on the interpenetrations of Chinese language, culture and philosophy (Confucionism) in the global places of Chinese State’s concern. It aims to contribute for an understanding on politic mechanisms present in a language expansion process that is, in this case, relevant for the actual context of international and intercultural relations between Brazil and China, in a

micro view, and between West and East, in a broader view, considering the protagonism intended by China within the world politics and economic game in the contemporary moment.

**KEYWORDS:** Chinese language; interculturality; geopolitics; language policies.

Artigo recebido em 23 de novembro de 2015.

Artigo aceito para publicação em 14 de março de 2016.